

## 5 Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo comparar os padrões de consumo da população de baixa renda na região metropolitana de Recife, com base na análise da composição dos orçamentos familiares nos anos de 2002/2003 e 2008/2009. Além disso, buscou-se analisar a relação entre os padrões de consumo encontrados e variáveis sócio-econômicas, demográficas e de avaliação da qualidade e vida.

Em relação aos padrões de consumo da população estudada, a aplicação da análise de cluster, nos dados da POF do IBGE de 2002/2003 e 2008/2009 gerou quatro segmentos com padrões distintos.

Analisando os segmentos encontrados, identificou-se que o grupo com maior parte do orçamento centrada em habitação aumentou de 24% em 2002/2003, para 39% em 2008/2009. Já o grupo com predominância de gastos em alimentação, diminuiu de 44% em 2002/2003, para 39% em 2008/2009. Enquanto isso, o grupo que se destaca pelos gastos com aumento de ativo, aumentou de 5% da população, em 2002/2003, para 8% em 2008/2009. Além disso, de 2002/2003 para 2008/2009, o grupo que gastava altos valores com assistência a saúde e educação, representando 28%, evoluiu na pesquisa seguinte para um grupo com despesas equilibradas, com gastos acima da média em educação, higiene, recreação e cultura e vestuário, representando 14% da população. Observa-se que, devido aos seus baixos gastos (relativamente aos outros grupos) com alimentação e habitação, este grupo consegue ter sobras no orçamento para gastar nas outras categorias.

Vale observar que o resultado da pesquisa apresentou pontos convergentes com as pesquisas de Silva e Parente (2007) e Abreu (2011), que identificaram as principais despesas como sendo alimentação e habitação, configurando um grupo mais focado em habitação, outro em alimentação, e os demais grupos com maior liberdade de escolha do orçamento.

A análise diacrônica apresentou dados importantes sobre as alterações dos padrões de consumo e de avaliação da condição de vida da população pesquisada. Entre os achados do trabalho, observou-se um aumento real da renda de 31% neste intervalo de 6 anos, assim como um aumento de 34% no

número de anos de estudo do chefe da família. Neste período, o número de moradores por domicílio diminuiu 14%. Já o tipo e a qualidade dos alimentos consumidos também apresentaram melhora. O número de pessoas com posse de cartão de crédito também aumentou consideravelmente, passando de 12% para 34%. O percentual de chefes de família que declararam possuir plano de saúde aumentou de 5% para 8%. Se observarmos o grau de dificuldade para uma família chegar até o fim do mês, observamos que houve uma diminuição no percentual de famílias com muita dificuldade, passando de 55% para 23%. Observou-se, também, melhora no percentual de famílias que gastam mais do que ganham, variável criada pelo autor, diminuindo de 61% para 21%.

Tais resultados confirmam análises a respeito da economia de Pernambuco, realizadas por Araújo (2002, 2008, 2010) e CARVALHO (2008), que apontam os benefícios do aumento real do salário mínimo para os trabalhadores do Nordeste, visto que 62,1% viviam com este salário (PNAD/IBGE, 2006). Vale destacar, também, que outro indicador que apresentou melhora foi o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda e registrou uma diminuição maior no estado do que na região e no país (BCB, 2011).

Com efeito, o aumento do salário mínimo, assim como o controle inflacionário, a redução dos preços dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio favorável entre 2001 e 2008, levaram à diminuição do preço da cesta básica, fazendo com que as famílias aumentassem sua capacidade aquisitiva, devido à diminuição dos gastos com alimentação (CARVALHO, 2008; ARAÚJO, 2008).

O consumo da região Nordeste, foi impulsionado não só pelo aumento da renda, mas também pela facilidade de acesso ao crédito, devido às inovações bancárias realizadas nos últimos anos. Este cenário alterou o padrão de consumo da população local, passando a ser mais focado em outros bens (de caráter menos essencial), como telefonia móvel e automóveis (CARVALHO, 2008). Por outro lado, deve-se observar que o peso das despesas de alimentação e habitação continua a limitar as possibilidades de consumo da população estudada.

Espera-se que, nos próximos anos, em decorrência dos investimentos privados e dos recursos do governo, os estados da Região Nordeste continuem se desenvolvendo, porém, de forma desigual. Os desafios de Pernambuco segundo Araújo (2008), são: qualificar melhor a força de trabalho, desenvolver a infraestrutura de geração e transmissão de conhecimento, a falta de maior inovação das empresas, entre outros. Segundo dados do Banco Central do

Brasil, a economia de Pernambuco aponta para perspectivas favoráveis, como diminuição da desigualdade na região e aumento real na renda da população.

Há ainda muito espaço para atuação governamental e do setor privado no que tange à melhoria do padrão de consumo da população em questão. Entretanto, é possível apontar melhorias no padrão de consumo que podem, dentre outras causas, ser relacionadas às políticas públicas da última década, que têm o Bolsa Família como seu mais conhecido Programa.

Para além das análises econômicas, este trabalho apresenta evidências de uma melhora na avaliação da condição de vida da população de baixa renda da região metropolitana de Recife. O aumento da renda e do acesso ao crédito (em especial, por meio dos cartões de crédito), aliado a uma percepção (ainda que subjetiva) de melhoria na condição de vida aponta para um cenário de oportunidades reais – com potencial de mercado crescente – para investimentos de empresas do setor privado que objetivam atender ao público de baixa renda da região.

O consumo, segundo Herais, Cassoti e Rocha (2010), pode ser considerado como uma forma de atingir sucesso, felicidade e gratificação imediata (discurso hedonista), ou responsabilizado pelos males da sociedade, como pobreza e preconceito (discurso moralista).

Os defensores do discurso moralista afirmam que o incentivo ao consumo na base da pirâmide não é solução para o problema da pobreza, e as empresas não devem ser consideradas como salvadoras da sociedade (FRYNAS et al, 2005 *apud* HEMAIS, CASSOTI E ROCHA, 2010).

Do ponto de vista da interpretação hedonista, deve-se observar a capacidade dos bens de consumo de carregar e comunicar significados culturais e simbólicos (MCCRACKEN, 2003). Portanto, o consumo, na sociedade atual, mais do que saciar necessidades do consumidor, ocupa relevante papel na construção de identidade do indivíduo.

Nesse contexto, o autor alinha-se aos defensores de uma interpretação positiva do consumo da população de baixa renda. Na “sociedade de consumo” em que vivemos, entende-se que o acesso a um padrão de consumo mais sofisticado é um fator importante para a inclusão social dos indivíduos de baixa renda. No entanto, os riscos do consumo excessivo ou desregrado (que trazem graves problemas, como a inadimplência) também devem constituir objeto de estudo.

### **5.1. Perspectivas de futuras pesquisas**

Para estudos futuros, seria interessante investigar o padrão de consumo das famílias de baixa renda de outras regiões do Nordeste, para comparar com os resultados obtidos em Recife. Além disso, sugere-se acompanhar as mudanças no consumo dessa região e dessa classe, utilizando os dados da próxima POF, com o objetivo de analisar sua evolução.

Outro ponto importante é avaliar a realização de uma pesquisa qualitativa, pois, tendo em vista a dimensão simbólica do consumo (MCCRACKEN, 2003), pesquisas qualitativas podem contribuir para uma melhor compreensão do consumo como construtor de identidade, em uma perspectiva de comparação entre diferentes regiões do Brasil.

Outras variáveis, além de dados de outras pesquisas relacionadas ao consumo, podem ser incorporadas ao estudo para incrementar a análise e ampliar o entendimento da questão.